

economia

ABC da economia
EDUARDO DE CAMARGO OLIVA e
JOSÉ TURBIO DE OLIVEIRA
imprensa@uscs.edu.br

Governança corporativa, empresas e conselheiros

Em artigo que publicamos no Observatório da USCS, enfatizamos o papel do conselheiro de administração nas principais decisões do modelo de negócio e na transformação da cultura da organização, favorecendo o êxito e o trabalho da diretoria na busca dos resultados empresariais.

A adoção das boas práticas de governança pelas empresas é impulsionadora dos valores empresariais. Em se tratando de empresas que buscam condições diferenciadas junto a seus investidores, tais práticas transmitem segurança e confiabilidade, duas condições almejadas por todos aqueles que se dispõem a colocar recursos em organizações com fins lucrativos.

O próprio critério para seleção de empresas que serão elencadas no rol do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3), já é um indicador de seletividade. São escolhidas empresas com as 200 ações mais líquidas na bolsa. Para compor o ISE, no período de janeiro de 2019 a janeiro de 2020, a B3 listou 30 empresas, que representam 48,66% do total do valor das empresas com papéis negociados na bolsa de valores. Entre elas AES Tietê, CCR, Ecorodovias, Fleury, Light, Santander, B2W, Cemig, EDP, Lojas Americanas, Telefonica, Banco do Brasil, Cielo, Eletrobras, Itaú-Unibanco, Lojas Renner, Tim, Bradesco, Copel, Eletropaulo (atual Enel), Itaúsa, MRV, Vale, Braskem, Duratex, Engie, Klabin, Natura e Weg.

A apuração conduzida pela B3 desde a criação do índice em 2005 até novembro de 2018 mostrou que a carteira de ações de empresas do ISE teve performance positiva da ordem de 203,80%, contra 175,38% do Ibovespa.

Os investidores devem estar atentos às tendências e às condições de movimentações na governança corporativa das empresas, de maneira a se sentirem estimulados a encontrar modelos de gestão e boas práticas de governança que tornem tais organizações mais adequadas ao perfil de uma sociedade empresarial moderna e com elevado profissionalismo.

Diversos autores apresentam tendências para a governança corporativa, destacando-se: a – instituição do conselho de família: atuação na convivência entre a família detentora da maioria do capital e a empresa; não atua diretamente na governança da empresa, mas cuida dos interesses da família; b – foco nas avaliações das agências de *rating*: agências especializadas em avaliações empresariais em relação às boas práticas de governança; c – autorregulação: conjunto de procedimentos e normas adotado pelas empresas para que se dê cumprimento aos padrões de governança corporativa; d – instituição do balanço social: refere-se ao conjunto de informações a respeito das atividades das empresas em relação à sociedade com a qual ela se relaciona; e – adoção do DVA (Demonstrativo de Valor Adicionado): apresentação pela empresa da riqueza por ela gerada, correspondendo, de maneira ampla, à diferença entre os insumos adquiridos e o valor das vendas e/ou serviços realizados; f – certificação: possibilidade de uma certificação para as empresas que praticam a governança corporativa; g – amplitude ou abrangência: maior amplitude (ou maior abrangência) das práticas de governança corporativa que passam a atingir todos os *stakeholders* (governos, entidades não governamentais, fornecedores, clientes etc); h – convergência: tendência à unificação dos princípios, códigos e práticas de governança corporativa em todos os países. Um dos assuntos que vêm trazendo preocupação aos conselheiros é o tema inovação e tecnologia. O conselheiro deve ter conhecimentos e preocupações digitais. Os clientes diretos ou os clientes do cliente esperam da empresa uma postura que demonstre ações digitais. No encontro de conselheiros do IBGC de 2018, foram tratados diversos temas, como *big data*, internet das coisas, robotização, aplicativos, e se concluiu que transformar a empresa para a realidade digital exige uma profunda transformação da cultura organizacional. O conselheiro, além de saber avaliar e decidir sobre as tecnologias, precisa atuar para fazer chegar nas estratégias empresariais novos valores, crenças e a mensagem de que o futuro e a sobrevivência da empresa dependem da renovação contínua de seu portfólio, abrindo espaço para *startups* e associações empresariais que elevem a empresa a novo patamar de modelo de negócio.

O conteúdo desta coluna foi elaborado pelo professores e pesquisadores do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Universidade Municipal de São Caetano), Eduardo de Camargo Oliva e José Turbio de Oliveira.

CLUBE
ASSINANTE

DOIS PARES DE INGRESSOS PARA A CIDADE DA CRIANÇA

RESULTADO DA PROMOÇÃO DO DIA 08/08

ADEMIR MARTINS DE FREITAS
ADILSON FRANCISCO SIMOES
ANA MARIA ALONSO MENIN
ANDREIA ZAMIGNANI
ARLINDO DE ALMEIDA

DIVA APARECIDA DE LIMA
FLAVIA GUIRELLI
JOSE COLLACIO NETO
JOSE SEVERINO DE MOURA
LUIZ CARLOS DE SOUZA

Mínimo de R\$ 1.040 avança no Congresso

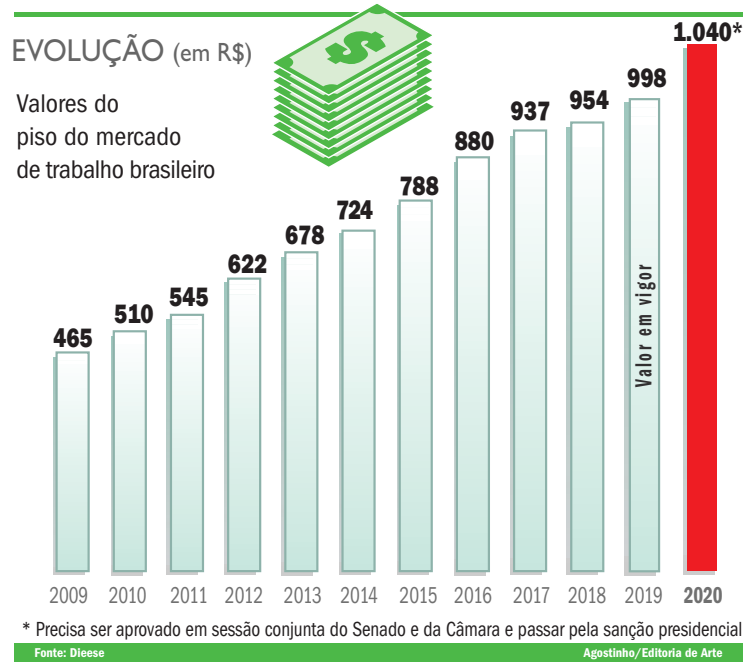
Proposta é aprovada por comissão mista e vai para plenário; salário é R\$ 42 maior do que o vigente

YARA FERRAZ
yaraferraz@dgabc.com.br

O valor de R\$ 1.040 para o salário mínimo de 2020, sugerido pelo governo federal na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), foi aprovado ontem na CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso Nacional. Para o reajuste de 4,2% em relação à remuneração atual (R\$ 998) – ou R\$ 42 a mais – ser de fato aplicado, ainda é preciso que o texto passe pela aprovação em sessão conjunta entre a Câmara e o Senado e, posteriormente, siga para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Apesar de ser a primeira vez que o piso mínimo do trabalhador deva ficar acima de R\$ 1.000 (veja mais na arte acima), não há aumento real. Isso porque o cálculo do reajuste considera apenas a previsão da inflação, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Anteriormente, o governo também incluía a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores para chegar ao valor final – sendo que se o indicador tivesse ficado negativo, como ocorreu em 2016, por exemplo, ele era desconsiderado. A regra, que fazia parte da política de valorização do mínimo inicia-



da em 2011, teve vigência até janeiro deste ano.

O atual governo ainda não definiu a política para o fechamento do número nos próximos anos, mas a previsão é a de que isso aconteça até o fim de 2019. Porém, a proposta sugere que a correção pela variação do INPC seja seguida pelos próximos dois anos – o mínimo seria, então, de R\$ 1.082 para 2021 e de R\$ 1.123 para 2022.

“O Brasil precisa de uma política de reajuste do salário mínimo de longo prazo e que preveja aumento real. É fundamental gerar poder de compra nessas camadas de renda mais

baixas. Esse item deveria ser primordial”, defendeu o coordenador do Conjucos (Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura) da USCS (Universidade Municipal de São Caetano), Jefferson José da Conceição, destacando que a valorização do salário mínimo é importante para o aquecimento da economia e diminuição da desigualdade social. “Defendo até mesmo a criação de impostos específicos para viabilizar essa política, alinhado à produtividade como referência.”

De acordo com o coordenador dos cursos de pós-graduação da Faculdade Fipecafi, Es-

COTAÇÕES DO DÓLAR - (R\$/US\$)

DATA	COMERCIAL	TURISMO
8/8	3,9270	3,9303

Fonte: Estado Conteúdo

BOLSA DE VALORES

MERCADOS	FECHAMENTO	VARIACÃO
Bovespa	104.115,23	-1,30%
Dow Jones/NY	26.378,19	-1,43%
Nasdaq	8.039,16	-2,24%
Merval	41.093,45	0,35%

Fontes: Estado Conteúdo e bolsas de valores

EM JULHO

Inflação tem menor resultado desde 2014

IPCA variou apenas 0,19% no último mês, impacto da baixa atividade econômica no País

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial da inflação no Brasil, variou em 0,19% em julho. O resultado foi o mais baixo para o mês desde 2014 – à época em 0,01% – e resultado da baixa atividade econômica. A variação acumulada no ano ficou em 2,42%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O número teve influência do grupo de habitação, que te-

ve aumento de 1,2%. O dado foi impactado principalmente pelo item energia elétrica, já que as contas de luz ficaram em média 4,48% mais caras para o consumidor. Além da incidência da bandeira amarela, que onera a despesa em R\$ 1,50 a cada 100 Kwh consumidos, diversos Estados, dentre eles São Paulo (7,59%), tiveram aumento na tarifa.

Segundo o coordenador dos cursos de pós-graduação da Faculdade Fipecafi, Estevão Garcia de Oliveira Alexandre, se

não fosse o grupo de habitação e energia elétrica, o resultado seria basicamente nulo. “O mercado projetava que o índice ficaria ente 0,23% e 0,22%, então assusta um pouco porque mostra que a economia não andou. Despesas importantes, como o grupo de alimentação e bebidas (0,01%), vieram basicamente nulas.”

A maior queda foi observada no grupo vestuário (-0,52%), com destaque para a roupa feminina (-1,39%). O grupo saúde e cuidados pes-

soais (-0,2%), após a alta de 0,64% em junho, reflete os descontos e promoções no item higiene pessoal (-2,01%). No grupo transportes (-0,17%), a queda foi impulsionada pelos combustíveis (-2,79%).

Para o especialista, com a redução da taxa Selic de 6,5% para 6%, a tendência é de algum aquecimento na economia. “Como houve essa redução na taxa de juros, a tendência é que a inflação cresça um pouco, mas isso vai ser de modo saudável e controlado.” YF

PESQUISA METODISTA

Custo médio do presente aos pais será de R\$ 125 no Grande ABC

Consumidores do Grande ABC devem desembolsar R\$ 125, em média, no presente para o Dia dos Pais. O valor é R\$ 60 menor do que a quantia apontada em 2018, quando pesquisa realizada pela Universidade Metodista indicou que o custo médio do presente aos pais foi R\$ R\$ 182,50.

“As baixas taxas de cresci-

mento econômico e o elevado nível de desemprego e de endividamento das famílias devem fazer com que este Dia dos Pais apresente movimentação econômica bem menor que a do ano passado”, declarou o professor pesquisador do Observatório Econômico da Metodista, Moisés Pais dos Santos.

A data deve movimentar R\$ 52 milhões no Grande ABC, queda real (com descontos de índices inflacionários) de 35% na relação com 2018, quando o Dia dos Pais foi responsável por injetar R\$ 76,7 milhões na economia regional.

PREVIDÊNCIA

Relator no Senado defende aprovação de texto que veio da Câmara

O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), defendeu que os senadores confirmem na Casa, sem alterações, o texto aprovado pelos deputados. Uma mudança no mérito do texto faria com que a proposta tivesse que voltar para análise da Câmara.

“Há uma ideia que me pare-

ce também ser consenso aqui: o Brasil não suportaria que esse projeto da Câmara voltasse para a Câmara; e, na Câmara, fosse aberta outra comissão especial, o que levaria a outra discussão no plenário, o que faria retornar o projeto para cá e levar essa reforma para o ano que vem. O País não suportaria isso. O nosso País não suportará que uma questão como essa se prolongue tanto tempo”, defendeu.

O senador disse que pretende apresentar seu parecer sobre a constitucionalidade do texto em até três semanas.

(da ABr)